

MANOEL BOMFIM E O LEGADO AUTOCRÁTICO DO ESTADO BRASILEIRO: APONTAMENTOS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA

*André Botelho**

Bom dia! Eu queria agradecer ao professor Aluizio Alves Filho a oportunidade de participar de tão importante comemoração do centenário de *A América Latina: males de origem*, integrando uma mesa com tão notáveis “bomfinianos”. Isto é uma honra para mim. Quero agradecer a presença de todos, da professora Maria Lúcia Maciel que estou vendo na platéia, e ao PPGCP [Programa de Pós-graduação em Ciência Política do IFCS/UFRJ] a promoção deste evento. Evidentemente é também, do ponto de vista intelectual, muito prazeroso participar deste debate.

Como o Aluizio mencionou, nós temos aqui nesta mesa parte significativa dos autores da fortuna crítica do Manoel Bomfim, embora estejam surgindo outros trabalhos, sobretudo monográficos sobre ele. É curioso porque ele talvez já não esteja mais tão esquecido assim, mas nós continuamos nos referindo a ele como um “autor esquecido”. Talvez pelo fato de não nos conformarmos por ele não ocupar, na galeria canônica do pensamento social brasileiro, o lugar que avaliamos que ele mereça dadas a originalidade e a importância da sua reflexão sobre o Brasil.

A minha dissertação de mestrado, defendida na UNICAMP em 1997, é sobre Manoel Bomfim.¹ Naquele momento a bibliografia sobre o Bomfim era composta basicamente de comentários pouco integrados, já que ainda não contávamos com trabalhos monográficos especificamente sobre o autor. E esses comentários, em geral, começavam saudando a grande qualidade do Bomfim, particularmente pelo radicalismo das suas idéias, mas sempre terminavam com um tom algo desolado pelo fato dele, no lugar de uma transformação estrutural da sociedade brasileira, propor uma saída para os nossos “males de origem” via educação. Ele faz um diagnóstico extremamente radical e crítico da sociedade brasileira, mas o prognóstico é reformista. Acho que o texto do professor Antonio Candido, *Radicalismos*, de 1988, é a síntese dessa posição que tem organizado mais ou menos o campo de debates desde então. Segundo Candido, as idéias de Bomfim constituiriam.

um sólido projeto radical, que não teve eco no tempo, nem depois. Nenhum outro pensador brasileiro daquela época foi tão lúcido e avançado em face de temas cruciais, como a natureza da sociedade na América Latina, e no Brasil em particular, mostrando a persistência do colonialismo através do predomínio das oligarquias, a marginalização do povo, o perigo imperialista, a mentalidade espoliadora em relação ao trabalho, visto como

prolongamento da escravidão. Por isso esperava-se uma conclusão mais forte. Mas aí entrou em cena o que chamei de ambigüidade do radicalismo, e as conseqüências revolucionárias se atenuaram em benefício de uma visão ilustrada, segundo a qual a instrução seria remédio suficiente para redimir as massas. ²

Nas pesquisas que realizei sobre Manoel Bomfim procurei discutir as possibilidades criadas por essa “visão ilustrada” para a interpretação do Brasil do autor, lembrando que há, inclusive, quem considere que ele teria rompido com essa perspectiva em seus trabalhos posteriores, em especial em *O Brasil Nação*, de 1931. Sugestão que considero problemática, pois a própria temática da “revolução” neste último ensaio relaciona-se à sua tese central: apenas uma “revolução” que depusesse as “elites tradicionais” do poder asseguraria, ou estaria apta a assegurar, a realização da educação das “massas”; esta sim a mais adequada e legítima condição de instauração do progresso e da modernidade no país. Como sugere o próprio Bomfim:

Império ou República, se os dirigentes brasileiros tivessem a justa compreensão dos interesses nacionais e patriotismo para preparar a nação em vista da vida moderna, seríamos hoje um modelo de sociedade pacífica e inteligentemente produtora [...] Apesar disso o Brasil continua a ser o país de analfabetos e impreparados [Sic], com uma média humana mais baixa do que a de qualquer dos povos chegados à civilização. Assim nos formamos, assim estamos e assim seguiremos, porque, na inferioridade dos governantes, os sucessivos regimes precisam viver sobre uma população politicamente nula, socialmente bem atrasada e mentalmente desvalorizada. E a massa da nação brasileira foi cuidadosamente amesquinhada na ignorância [...] Concretamente: para evitar o desastre, temos de agir sobre as novas gerações, robustecendo-lhes o corpo, e, sobretudo, apurando-lhes as energias de pensamento, desenvolvendo-lhes o caráter em lucidez e poder de vontade, para a solidariedade da ação. Tanto vale dizer: há que educá-las, como o exigem as condições do mundo moderno, ainda que, para tanto, seja preciso refazer a ordem política. ³

Por isso, em minha dissertação de mestrado e no livro que publiquei com base nela em 2002 ⁴ procurei mostrar que, tomando como premissa a idéia de que os sistemas educacionais moldariam as sociedades, Manoel Bomfim introduz a idéia de *mudança social* no âmbito mais amplo do debate sobre a formação do povo e a organização da sociedade brasileira. Privilegiei, para tanto, o seu livro de leitura *Através do Brasil* (1910) — escrito em parceria com Olavo Bilac — como elemento fundamental, porque explicativo, das suas teses. *Através do Brasil* constitui, para mim, não apenas um ângulo privilegiado de acesso às teses desenvolvidas por Bomfim nos seus ensaios históricos, mas a própria materialização do programa intelectual nelas implicado.

Uma pergunta simples de pesquisa me indicou esse caminho analítico: o que fazia Manoel Bomfim entre *A América Latina: males de origem*, escrito em 1903 e publicado

em 1905, e o *Brasil na América* (livro com o qual voltava ao gênero ensaio), publicado em 1929? Nos vinte e cinco anos que separam esses livros, Bomfim dedicou-se sistematicamente a uma série de diferentes iniciativas relacionadas à educação, seja como criador de instituições, seja como professor da antiga *Escola Normal*, seja ainda ocupando cargos políticos e na burocracia do Estado. E, muito relevante, escreveu e publicou, entre outros, uma série de livros chamados na época de “livros de leitura” - que é um híbrido de ficção e manual escolar, que pode ser chamado tecnicamente de paradidático. E Manoel Bomfim foi sem dúvida um dos principais autores de livros de leitura na Primeira República. Livros que, ao contrário de *A América Latina: males de origem* ou de qualquer outro dos seus ensaios, fizeram um sucesso tremendo uma vez que foram usados durante décadas nas escolas primárias brasileiras - *Através do Brasil*, que é o principal deles, por cerca de cinquenta anos.

Bom, aproveitando que estamos aqui entre mestrandos e possíveis futuros mestrandos de Ciência Política, do PPGCP, eu gostaria de propor a discussão de uma outra questão, embora associada a da educação, sugerindo aquele que considero um dos temas centrais na obra do Bomfim que ainda está esperando desdobramentos analíticos mais precisos: refiro-me ao tema da relação entre Estado e sociedade no Brasil, e mais especificamente à questão do caráter autocrático do Estado brasileiro. Lembrando aqui pessoal que “autocracia” é um conceito que diz respeito mais a forma de organização do poder do que de exercício do poder. Ou seja, autocracia não é sinônimo de ditadura. Podem coincidir, mas ele diz respeito à forma de organização e não de exercício do poder. A idéia, enfim, está mais ligada ao usufruto privatista do poder.⁵ Além disso, gostaria também de chamar a atenção para a necessidade de se explorar esse tema, no plano metodológico, do ponto de vista das suas influências e recepções intelectuais.

O caráter autocrático do Estado brasileiro está, para Manoel Bomfim, diretamente relacionado ao próprio processo histórico de colonização, bem como à herança institucional e cultural dos colonizadores portugueses. Para investigar esse tema no Bomfim não se pode, a meu ver, negligenciar a importância da tradição intelectual brasileira para as suas formulações. Particularmente a da tradição liberal do Império, e, nela, notadamente Tavares Bastos que tem uma tese vigorosa sobre o caráter “asiático” e “parasitário” que o Estado brasileiro herda, desde a colonização, da antiga metrópole portuguesa.⁶ Como eu já explorei, em parte, essa questão tanto na minha dissertação de mestrado quanto no livro, gostaria aqui de destacar a relevância de um outro autor para a compreensão do tema do Estado autocrático na obra do Bomfim.

Refiro-me ao historiador português Joaquim Pedro de Oliveira Martins que integra, com Eça de Queiroz, Antero de Quental e outros, a chamada "Geração de 70", cujo ideário renovador constitui um dos principais marcos da historiografia portuguesa do final do século XIX e teve grande penetração também no Brasil do começo do XX. No Brasil, Oliveira Martins foi importante, sobretudo, para os intelectuais empenhados na reavaliação crítica do legado português sobre a formação da sociedade brasileira.⁷ Como é o caso de Bomfim, em cuja obra há uma presença constante, embora nem sempre concordante, das formulações de Oliveira Martins, através inclusive de referências explícitas a vários livros, como *História de Portugal* e *História da civilização ibérica*, de 1879, *Portugal contemporâneo*, mas, sobretudo, *O Brasil e as colônias portuguesas*, de 1880.

Nesses trabalhos, Oliveira Martins faz uma análise bastante crítica das causas da "decadência" de Portugal. Como uma nação que havia sido a vanguarda da modernidade podia ter se tornado tão irrelevante no cenário internacional do final do século XIX? Uma das causas apontadas diz respeito justamente ao caráter do Estado português como verdadeiro corruptor da sociedade. Esta é uma idéia que vai ser assumida por vários intelectuais brasileiros e dentre eles Manoel Bomfim. Diria mesmo que é uma tese fundamental no pensamento social brasileiro do século XX, bastando pensar para tanto em Raymundo Faoro.

Sem negligenciar, como adverti antes, a importância da tradição liberal brasileira para as formulações de Bomfim (uma tradição anterior ao próprio Oliveira Martins), de um lado, e o caráter discordante em vários pontos do diálogo que Bomfim trava com o historiador português, de outro, penso ser pertinente uma investigação sistemática da recepção das idéias de Martins em Bomfim. Afinal, a idéia de que a "degeneração" produzida pela colonização portuguesa – tão forte em Martins – trouxe como consequência a "degradação" da vida política brasileira constitui, na sugestão pioneira de João Cruz Costa, um verdadeiro *leitmotiv* na obra do nosso homenageado.⁸ Diria mais: em Bomfim, o caráter autocrático do Estado se constitui, vamos dizer, num dos eixos fundamentais dos "males de origem" sempre atualizados da sociedade brasileira. E justamente para marcar a idéia de continuidade entre Brasil e Portugal, Bomfim vai se referir ao perfil autocrático do Estado, do Estado português no Brasil, como "bragantismo".

Manoel Bomfim, no entanto, vai recusar a idéia de reforma do Estado como, em si mesma, uma maneira de redimir os nossos males de origem. Eu estou dizendo: ele tem um diagnóstico que se insere numa "linhagem" de pensamento para a qual um dos

núcleos da “tragédia brasileira” está na forma autocrática do Estado como uma herança portuguesa. Ao contrário, no entanto, de alguns expoentes dessa tradição, Bomfim recusa uma via puramente institucional para enfrentar o problema. Ainda que desprovido, a meu ver, de uma análise sistemática da sociedade de um ponto de vista sociológico mais integrado (a feição da sua análise é mais histórica), ele vai propor algo como o fortalecimento do que talvez nós pudéssemos nomear provisoriamente, e entre aspas, como uma “sociedade civil” ou “esfera pública”. Pensando-as como forma de controle do poder do Estado, o instrumento que ele elege para tanto é a educação. Voltamos ao nosso ponto de partida: imbuído de ideais iluministas, Bomfim vai enfatizar a necessidade de formar o cidadão para aí sim enfrentar esse legado autocrático do Estado brasileiro.

Não vou me deter aqui nas ambigüidades desta posição, já trabalhei um pouco sobre isso. Agora gostaria de chamar a atenção para o fato de que, como o diagnóstico do Estado corruptor da sociedade, também esse “prognóstico” centrado na via educacional para o enfrentamento dessa situação, está fortemente presente em Oliveira Martins. Como fica claro, por exemplo, no seu projeto de uma *Biblioteca das Ciências Sociais*, destinada, nos seus termos,

*a vulgarizar entre nós conhecimentos essenciais à vida de uma nação, destina-se não somente ao público em geral, mas também ao ensino secundário, que é o alicerce indispensável da sólida ilustração de um povo. Escasso como é o conhecimento geral da nossa história, quer nos seus fatos particulares, quer no sistema das instituições e vida das classes sociais, quer no seu desenvolvimento orgânico e na influência que sobre o mundo exerceu aquilo a que devemos chamar civilização peninsular-ibérica, entendemos deve começar por aí a série de publicações que constituem a Biblioteca.*⁹

Pelas razões apontadas, então, eu considero que vale a pena procurar aproximar comparativamente Manoel Bomfim de Oliveira Martins. Por outro lado, é preciso também investigar a recepção da tese sobre educação assumida por Bomfim no pensamento social brasileiro. Vou sugerir aqui, também rapidamente, duas possibilidades nesse sentido, mas que reusam a tese da educação como redenção da sociedade.

Não dá para ler *Raízes do Brasil*, e a crítica que Sergio Buarque de Holanda faz aos “pedagogos da prosperidade”, para quem a difusão de escolas primárias pelo território nacional constituiria condição obrigatória para o progresso social, por exemplo, sem pensar no Bomfim (ainda que Bomfim não seja nomeado no ensaio). Sugere Sérgio Buarque: “Quanta inútil retórica se tem desperdiçado para provar que todos os nossos

*males ficariam resolvidos de um momento para outro se estivessem amplamente difundidas as escolas primárias e o conhecimento do ABC".*¹⁰

Há também, no mesmo sentido "negativo", o caso de Nestor Duarte, cujo notável *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, de 1939, precisa ser mais analisado e que, desconfio, também tem um diálogo com Bomfim (que, assim como Oliveira Martins, é citado no texto). Nestor Duarte, como Manoel Bomfim e Sérgio Buarque antes dele, e Raymundo Faoro depois, vê a formação da sociedade brasileira mais em termos de continuidade em relação a Portugal, do que em termos de uma originalidade social, como em Gilberto Freyre ou Oliveira Vianna, por exemplo. Mas parece ser de Oliveira Vianna, sobretudo, que Duarte retoma a questão da precária distinção entre público e privado derivada da formação da sociedade brasileira para discutir a possibilidade de surgimento do Estado como fenômeno político diferenciado na ordem social privatista prevalecente no Brasil como um legado português. Ainda que o sentido dessa busca pelo Estado seja, todavia, irreconciliável entre eles, uma vez que Duarte recusa peremptoriamente a saída apontada por Oliveira Vianna na centralização e fortalecimento do Estado, defendendo antes, de modo mais próximo a Sergio Buarque, o caminho societário de construção da cidadania democrática.

É nesse ponto que Nestor Duarte pode também ser aproximado de Manoel Bomfim, ainda que a questão do Estado autocrático não esteja presente no primeiro. Ambos recusam a idéia de Estado como ordenador da sociedade e enfatizam a necessidade da tarefa política de inculcar na sociedade um espírito público de matriz democrática capaz de, no caso de Bomfim, reformar o Estado efetivamente existente e, no de Duarte, construí-lo como expressão da comunidade política. E em ambos os autores, essa tarefa política é pensada, sobretudo, como meio de contenção das possibilidades das elites abrirem espaço no domínio público para promoção dos seus interesses particulares – uma das faces daquilo que Bomfim chamou n' *A América Latina* de "parasitismo social". Ou como formula em *O Brasil Nação*:

*Acontece, porém, que se dentro da coletividade, uma classe se organiza para dominar o resto da nação, subordinando-as aos seus interesses, hão de repetir-se as exigências e exações, por parte da classe dominante, já antagônica com o perfeito desenvolvimento das outras gentes, que formam o povo propriamente dito. Há antagonismo, mas é, apenas, esse mesmo, entre a existência da nação, como solidariedade de interesses e necessidades, e a forma de organização social em que os dirigentes, incapazes de uma ação realmente produtora, têm de existir como parasitas, e, que, por isso, armam-se em dominadores, para viver na exploração do resto da nação.*¹¹

Bomfim e Nestor Duarte vão divergir, contudo, quanto aos caminhos para o cumprimento dessa tarefa política. Na verdade Duarte vai recusar peremptoriamente a solução educacional defendida por Manoel Bomfim como condição de constituição da "sociedade civil" (sempre em aspas) ou da "comunidade política", como prefere Duarte. Diz ele: *"A alfabetização, embora seja condição para o exercício de importantes direitos políticos nas organizações estatais modernas, eminentemente racionalizadas, não é a porta por onde um povo adquiriu ontem e possa adquirir hoje o sentimento e o espírito políticos"*.¹²

O "grau" de analfabetismo do povo - argumenta Nestor Duarte - *"é muito pouco como critério qualitativo, quando não seja, a certas luzes, um erro", para definir o perfil político de um país. Este estaria antes ligado a vários outros fatores, mas, sobretudo, à "forma de organização social que a sua população viveu ontem e continua a viver hoje"*¹³. Nesse sentido dá para dizer que, porque vê a sociedade brasileira fragmentada, fragilizada e corrompida pelo privatismo historicamente dominante, Duarte põe em dúvida a capacidade de, dessa mesma sociedade, emergir uma solução, como a divisada na educação por Bomfim, para redimi-la. Quer dizer: como uma sociedade "corrompida" poderia, através da educação, entendida não em termos abstratos como vetor de unidade da sociedade, mas como relações recriadas segundo as divisões constitutivas da mesma, "educar" o povo para a democracia? Assim, para Duarte, é antes o próprio Estado, não qualquer Estado, tampouco o defendido por Oliveira Vianna, mas o Estado democrático que, acima de qualquer outra, representaria a forma de *"poder educacional mais vivo e direto para interessar uma população tão alheia e indiferente como a nossa, nos acontecimentos políticos e problemas de uma nação"*¹⁴. Temos aqui, também a esse respeito, um tipo de "radicalização" do argumento desenvolvido anteriormente por Sergio Buarque.

Concluindo a minha fala, penso que algumas das questões que desafiaram Manoel Bomfim desde há cem anos atrás, aqui muito rudimentarmente expostas, nos desafiam ainda hoje: Como enfrentar o legado autocrático do Estado? Como constituir uma comunidade política democrática? Qual o papel da educação nesse processo? Quais são os seus efeitos efetivos? São problemas que também estão postos hoje, ainda que de um outro modo. E é por isso que a retomada crítica de interpretações, como a de Bomfim, representa muito mais do que simplesmente um exercício de história das idéias; permite-nos ganhar perspectiva para compreender melhor a "seqüência histórica" da formação de nossa sociedade e dos dilemas e desafios que a acompanham.

Enfim, com minha fala o que eu estou tentando sugerir, tendo em vista a presença dos estudantes aqui, são alguns caminhos para a retomada de Manoel Bomfim que possam efetivamente situá-lo no debate de questões substantivas da sociedade e do pensamento social com os seus pares contemporâneos, anteriores e posteriores. Esse é um trabalho fino, pois exige cautela para não tomar o autor como ilustração de uma tese ou perspectiva já dada, mas mais necessário justamente porque permite perceber como são contingentes as afinidades e diferenças entre autores que, a princípio, podem parecer tão próximos ou, ao contrário, distantes. Identificando e especificando seus matizes, poderemos recuperar tanto as influências intelectuais presentes na obra de Manoel Bomfim quanto a sua recepção no pensamento social brasileiro. E assim procedendo, poderemos perceber as continuidades e descontinuidades do debate sobre a relação Estado e sociedade no Brasil que, seguramente, tanto passa no plano intelectual pelo autor de *A América Latina: males de origem*, quanto ainda hoje tem a capacidade de nos interpelar social e politicamente. É isso pessoal! Muito obrigado pela atenção.

NOTAS

1 André Botelho: *O Batismo da instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim*. Dissertação de Mestrado (Sociologia). Campinas: UNICAMP, 1997.

2 Antonio Candido: "Radicalismos" In: *Vários escritos*. 4ª edição, reorganizada pelo autor. São Paulo: Duas Cidades; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p. 211.

3 Manoel Bomfim: *O Brasil Nação. Realidade da soberania brasileira*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, pp. 518-20, grifos meus.

4 André Botelho: *Aprendizado do Brasil. A nação em busca dos seus portadores sociais*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

5 Retomo aqui a distinção feita por Gabriel Cohn em relação ao conceito de «autocracia» em *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975) de Florestan Fernandes. Ver Gabriel Cohn: "Florestan Fernandes: A revolução burguesa no Brasil". In: MOTA, L. D. (Org.): *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. São Paulo: Editora SENAC, 1999, pp. 393-412.

6 Para uma visão integrada dessa "tradição intelectual", ver Gildo Marçal Brandão: "Linhagens do pensamento político brasileiro". *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 48, no. 2, 2005, pp. 231-270.

7 Sobre a recepção de Oliveira Martins no Brasil, ver Paulo Franchetti: "Oliveira Martins e o Brasil", disponível em <http://www.unicamp.br/~franchet>. Acesso em 04/12/00.

8 João Cruz Costa: *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 409.

9 Joaquim Pedro de Oliveira Martins. *História de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 28.

10 Sérgio Buarque de Holanda: *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 165.

11 Manoel Bomfim: *O Brasil Nação*. op. cit, p. 49.

12 Nestor Duarte: *A ordem privada e a organização política nacional*. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1966, p. 93.

13 Idem, ibidem.

14 Idem, p. 107.

* Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp. Professor do Dep. de Sociologia do IFCS. Autor de *Aprendizado do Brasil – a nação em busca dos seus portadores sociais*. Campinas. Editora da Unicamp, 2002.